

Trabalhador branco teve rendimento-hora 61,4% maior do que preto ou pardo, em 2022

O racismo segue sendo um fator da disparidade social e econômica entre brancos, pretos e pardos no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou nesta quarta-feira (6), os dados da Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023.

O estudo mostra a desigualdade salarial, inclusive entre os que têm curso superior e que a informalidade é maior entre pretos e pardos. Outro dado relevante é que a renda média do brasileiro de todas as raças caiu entre 2015 (ano em que se preparava o golpe contra a ex-presidenta Dilma) e 2021, penúltimo ano do (des) governo de Jair Bolsonaro (PL).

Em 2021, a participação dos rendimentos dos trabalhadores no PIB do país chegou a 39,2%. Essa foi a taxa mais baixa desde 2010 (41,6%). No ranking da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que reúne 35 países ricos do mundo, o Brasil ocupava a 28ª posição em 2015 e caiu para a 40ª posição no biênio 2020-2021.

A renda do brasileiro por raça e gênero

Em 2022, o rendimento-hora da população ocupada branca (R\$ 20,00) era 61,4% maior que o da população preta ou parda (R\$12,40). Por nível de instrução, a maior diferença (37,6%) estava no nível superior completo: R\$ 35,30 para brancos e R\$ 25,70 para pretos ou pardos.

Em 2022, a população ocupada de cor ou raça branca (R\$3.273) ganhava, em média, 64,2% mais do que as de cor ou raça preta ou parda (R\$1.994). Já os homens (R\$2.838) recebiam



27% mais que as mulheres (R\$2.235). Porém, o rendimento médio das mulheres brancas (R\$2.858) superava o dos homens pretos ou pardos (R\$2.230).

Informais por gênero e raça

A proporção de trabalhadores em ocupações informais reflete desigualdades historicamente constituídas, como a maior proporção de pessoa de cor ou raça preta ou parda em posições na ocupação de empregados e trabalhadores domésticos, ambos, sem carteira de trabalho assinada, além de trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social.

A informalidade é menor para os trabalhadores mais escolarizados. Entre as pessoas ocupadas com ensino superior completo, 22,8% estavam em ocupações informais, proporção que chegava a 62,8% entre as pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto.

Em 2022, 40,9% dos trabalhadores do país estavam em ocupações informais. A proporção de informais entre mulheres pretas ou pardas (46,8%) e homens pretos ou pardos (46,6%) superava a média, enquanto mulheres brancas (34,5%) e homens brancos (33,3%) tinham taxas abaixo da média.

Entre as trabalhadoras de cor branca (34,5%) e os homens brancos (33,3%), essas proporções estavam abaixo da média. Tal comportamento ocorre em toda a série da PNAD Contínua, iniciada em 2012.

Fonte: CUT

Estação 5 - Anjo da Guarda
 Poluente: SO2
 Qualidade do Índice: Ruim

Estação 35 - Santa Bárbara
 Qualidade do Índice: Muito Ruim

CONVITE

A qualidade do ar e a poluição em São Luís

Palestra ministrada pelo ambientalista e advogado **Guilherme Zagallo**.
 Dia 11/12, às 19h,
 na Igreja N. Sra. da Penha / Anjo da Guarda.



Após renegociar R\$ 29 bi, governo Lula deve prorrogar o Desenrola até março de 2024

O programa Desenrola, do governo federal, deve passar por mudanças para atender um número maior de pessoas endividadas que querem voltar a ter o nome limpo na praça. O Ministério da Fazenda, responsável pelo programa, quer prorrogar o seu prazo por mais três meses, até março do ano que vem. Para isso deve enviar nas próximas semanas ao Congresso Nacional uma Medida Provisória (MP) com a proposta. Uma MP passa a valer imediatamente e o Parlamento tem três meses para votá-la.

Em entrevista coletiva nesta quarta-feira (6), transmitida pelo Youtube, sobre o balanço do programa que começou no mês de julho deste ano, o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto informou que o Desenrola já possibilitou a renegociação de R\$ 29 bilhões em dívidas de 10,7 milhões de pessoas. (Veja mais dados abaixo).

“A população está interessada em renegociar suas dívidas. A gente ainda tem uma grande oportunidade pela frente. O número de pessoas que ainda não visitaram plataforma e tem benefícios lá, ainda é muito grande”, disse.

Segundo ele, o governo também quer eliminar a necessidade de que a população tenha cadastro no sistema gov.br, em nível ouro ou prata, para ter acesso à plataforma online de renegociações. Para isso a equipe econômica vai trabalhar junto com os bancos, e com a Bolsa de Valores de São Paulo (B3), para desenhar uma solução que não exija mais a necessidade de ter os certificados na plataforma gov.br.

Mudanças nas negociações

A plataforma de renegociação deverá disponível de forma permanente mesmo após o fim do programa. O objetivo é facilitar as renegociações entre credores e devedores no futuro, mas após o fim do Desenrola, entretanto, não haverá mais limite para a taxa de juros nas renegociações e nem um fundo garantidor - que assegure eventual inadimplência que venha a acontecer nesses financiamentos.

“A gente não pretende manter o apoio do fundo garantidor, mas a gente pretende manter a plataforma disponível. Nos surpreendeu o número de renegociações à vista. Como o valor das dívidas é pequeno, muitas vezes o credor quer dar o desconto e o devedor estaria disposto a fazer o pagamento. Mas eles não se encontram e custa caro eles se encontrarem. A plataforma é o legado”, explicou Marcos Pinto.

Ele também ressaltou o dia de maior movimento de renegociações de dívidas ocorreu no último dia 30 de novembro como pagamento da primeira parcela do 13º salário. Para ele “isso mostra que a população está interessada e comprometida em renegociar suas dívidas”.

As mulheres foram as que mais renegociaram suas dívidas, somando 54,83%. Os homens foram 41,17%. A faixa etária dos 35 aos 44 anos representou a maior parcela dos que renegociaram as dívidas, ficando com 23,81% do total. Depois vem a faixa de 45 a 54 anos, com 17,03% e a faixa de 25 a 29 anos, com 14,51%. As faixas de 30 a 34 anos e de 55 a 64 anos somaram 13,12% e 10,88%, respectivamente.

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, acredita que o grande desafio para o governo federal continua sendo passar a mensagem para a população que ela tem um percentual grande oportunidade pela frente.

“O número de pessoas que ainda não visitaram a plataforma e tem benefícios lá ainda é muito grande. Muitas vezes são pessoas mais idosas, de mais baixa renda, e a gente conta com apoio da imprensa para divulgar, para que as pessoas não percam essa oportunidade”, pediu.

Um exemplo citado pelo ministério é o de quem tinha uma dívida original de R\$ 835,02 e conseguiu um desconto de 98,6%, pagando ao final R\$ 10,91.

Dívidas renegociadas

FASE 1 (dívidas de até R\$ 100 com bancos)

7 milhões de pessoas atendidas (dívidas até R\$ 100)

2,7 milhões de pessoas atendidas (outras dívidas)

FASE 2 - Contempla negociações de dívidas negativadas de 2019 a 2022, e cujo valor, atualizado, seja inferior a R\$ 20 mil. Também estão incluídas dívidas bancárias, como cartão de crédito, e as contas atrasadas de outros setores, como energia, água e comércio varejista.

1 milhão de pessoas atendidas
R\$ 5 bilhões em dívidas renegociadas

Com informações da Agência Brasil